

Vitória na Campanha Salarial 2020

Luta traz renovação do Acordo Coletivo

Organizada e unida, categoria conseguiu evitar a destruição do Acordo, pretendida por Doria e direção do Metrô. Uma batalha difícil que culminou com uma poderosa greve, que foi suspensa na madrugada devido ao recuo do governo, frente à forte determinação dos metroviários

A Campanha deste ano foi diferente de todas. Em tempos de pandemia, a comunicação foi feita por meio de lives, notas e Bilhetes virtuais. As votações foram realizadas em assembleias on-line. Alguns atos foram realizados nas estações com companheiros que não pertencem ao grupo de risco.

A categoria conseguiu a renovação de todas as cláusulas do Acordo. Alguns direitos ficarão diminuídos por seis meses (maio a novembro) mas os valores serão resarcidos nos seis meses subsequentes (dezembro a abril).

No dia 29/7 aconteceu o julgamento do Dissídio Coletivo. Mas a nossa batalha começou em março. Neste jornal temos um resumo das principais atividades da Campanha.



Sindicalize-se!

A Campanha Salarial 2020 foi mais uma demonstração de que os metroviários organizados e unidos têm muita força. Conseguimos a renovação do Acordo Coletivo, um dos melhores do País. Se você ainda não é sindicalizado, este é o momento de fortalecer seu Sindicato. **Filie-se ao Sindicato! Você pode filiar-se pelo site ou app do Sindicato ou procurar algum diretor.**



Com a força de todos é que conquistamos nossos direitos! Venha para o Sindicato!

Você pode se sindicalizar pelo site (<https://sindicalizacao.metroviarios-sp.org.br>), pelo aplicativo para smartphones (baixe por meio das lojas virtuais ou pelo link <http://aplicativo.metroviarios-sp.org.br>), através do QR CODE (ao lado).



A longa luta em defesa

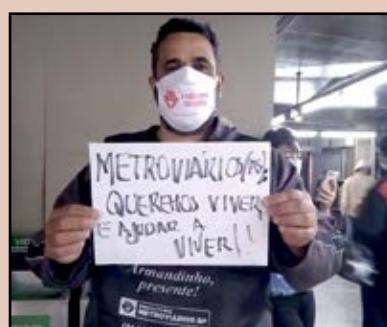
Além da comunicação com a categoria ter de ser adaptada aos tempos de pandemia, a Campanha de 2020 também foi mais longa que as outras. De março a julho realizamos várias atividades e enfrentamos a intransigência de Doria e da direção da empresa. Mas a forte mobilização dos metroviários prevaleceu e o Acordo foi renovado

Início da pandemia. Por um Plano de Emergência!

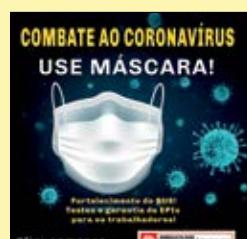
No dia 24/3 o Sindicato encaminhou ao poder público de SP e às direções do Metrô, ViaQuatro e ViaMobilidade um Plano de Emergência em Defesa da Vida. O Plano foi completamente ignorado por todas as autoridades e as empresas.

A realidade da pandemia exigia – e ainda exige – várias medidas para conter o avanço da contaminação. Entre as medidas previstas estavam a redução drástica de passageiros, com transporte apenas de profissionais de serviços essenciais e pessoas que necessitam de atendimento médico.

Além de desprezar o Plano, Doria e Metrô fugiram da responsabilidade de fornecer os EPIs necessários. No dia 20/3 o Sindicato conseguiu uma liminar concedida pelo TRT para o fornecimento obrigatório de EPIs e também o afastamento dos funcionários do grupo de risco. A empresa recorreu ao TST, que cassou a liminar. O Sindicato orientou os companheiros do grupo de risco a não voltarem aos seus postos de trabalho.



A luta pelos EPIs! Sindicato forneceu máscaras



Em abril, o Sindicato iniciou a distribuição de máscaras à categoria. Nem todos os metroviários estavam recebendo o equipamento. A orientação era de usar a máscara fornecida pelo Sindicato apenas quan-

do o trabalhador não tivesse a pff2/95, que deveria ser entregue pelo Metrô. A utilização da máscara fornecida pelo Sindicato foi também uma forma de protesto contra o descaso da empresa.

Solidariedade

O Sindicato promoveu ações para ajudar companheiros das terceirizadas do Metrô que perderam seus empregos. A sede do Sindicato foi o local de arrecadação de alimentos.



Metrô não aceitou negociar depois da pandemia

A batalha da Campanha Salarial começou com a entrega da Pauta de Reivindicações ao Metrô no dia 18/3. Com a pandemia, o Sindicato garantiu na Justiça a prorrogação da sentença normativa (equivalente ao ACT dos trabalhadores) por 90 dias.

No dia 13/5 foi realizada a primeira assembleia on-line dos metroviários de SP, com a aprovação da proposta de negociação da Campanha Salarial somente após o final da pandemia. A assembleia também reprovou as propostas de diminuição e retirada de direitos. Participaram 2.422 funcionários e 2.295 (94,34%) votaram na proposta do Sindicato.

Na sequência, tivemos mais uma prova de que o TST, presidido



por Cristina Peduzzi, atende apenas aos interesses dos empresários. No dia 29/5, Peduzzi acatou o pedido do Metrô para derrubar a tutela cautelar antecedente que estabelecia a prorrogação por 90 dias do equivalente

ao Acordo Coletivo, vencido em 30/4.

Em reuniões realizadas nos dias 12 e 16/6, com o presidente do Metrô e o secretário de Transportes Metropolitanos, novamente o Sindicato reivindicou que o processo de negociação ocorresse após a pandemia. Os representantes do governo e da empresa rejeitaram a proposta e afirmaram a necessidade de retirada de direitos por conta de crise financeira.

Perdemos Armandinho, ativista e diretor sindical



O companheiro Armandinho morreu no dia 17/6 em consequência da Covid-19. Diretor do Sindicato, ele estava lutando para que todos os metroviários recebessem os EPIs adequados para evitar a contaminação. Tornou-se o primeiro metroviário na ativa a morrer devido ao novo coronavírus. Além dele, outros 4 metroviários que já estavam afastados também morreram por conta do novo coronavírus.

Trabalhadora do Sindicato, Rosana foi vítima do coronavírus



Antes disso, no dia 14/6, havíamos perdido a companheira Rosana, copeira e responsável pela limpeza do Sindicato, também vítima da Covid-19.

Na pandemia inovamos a comunicação



De março a julho de 2020, para evitar aglomerações, foram realizadas várias assembleias on-line e lives com a participação dos coordenadores e da categoria. A maioria dos comunicados teve apenas a versão virtual. Além dos recursos tradicionais, como adesivos, cartazes e coletes, a Secretaria de Comunicação do Sindicato desenvolveu e aprimorou as formas de comunicação digital para informar a categoria e a população.

Desde o início da pandemia foram feitos 38 **Bilhetes** eletrônicos, 72 notas, 88 matérias publicadas no site e app do Sindicato, 71 cards, 142 postagens no **Facebook**, 155 no **Instagram** (considerando feed e stories), 83 no **Twitter**, 40 releases e comunicações com a imprensa, 5 informes publicitários e veiculação de campanha em rádios populares.

Após uma entrevista coletiva on-line concedida pelos coordenadores em 24/7, a imprensa divulgou a greve marcada para 28/7 já com a informação dos cortes de 10% sobre os salários. Com grande repercussão e envolvimento junto à sociedade, a categoria conseguiu expor sua luta através dos mais diversos canais de comunicação sociais.

sa do Acordo Coletivo

A categoria se mobilizou, inovou e conquistou!

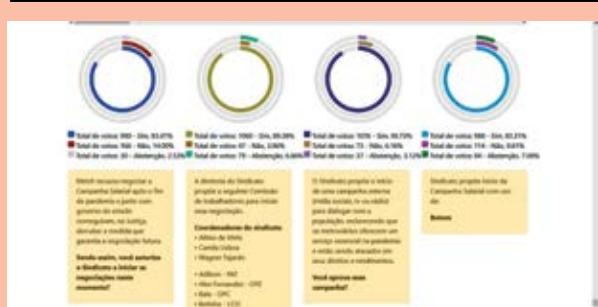
A primeira reunião de negociação ocorreu em 22/6 e comprovou o total desrespeito do governo e Metrô com os funcionários. Empresa não aceitou as reivindicações dos metroviários e informou que os salários de junho já seriam pagos com a retirada de vários direitos. A partir de 29/6 os trabalhadores passaram a usar o colete da Campanha, adesivos e botões.

Diante da total intransigência da direção do Metrô, foram marcados dois indicativos de greve, para 1º/7 e 8/7. A categoria recuou dessas paralisações para priorizar o esgotamento das negociações com governo/Metrô. Na primeira audiência de conciliação supervisionada pelo TRT, em 30/6, o Tribunal orientou a prorrogação do Acordo até o final do estado de calamidade pública, com prazo máximo até 1º/5/2021. Empresa não aceitou.

As reuniões continuaram mas não houve por parte da direção do Metrô qualquer sinalização de mudança. O Sindicato apresentou a proposta de cortar os altos salários dos contratados sem concurso. Proposta não aceita. Uma greve foi marcada para 28/7 e os trabalhadores da Operação passaram a trabalhar sem uniforme a partir de 24/7.

No dia 27/7 a greve foi confirmada pela categoria. Mas depois de terminada a assembleia, o secretário de Transportes Metropolitanos (Alexandre Baldy) entrou em contato para evitar a paralisação. Foi apresentada para ele a proposta do MPT (Ministério Público do Trabalho) feita durante a conciliação no TRT, que havia sido aprovada por 84% da categoria em assembleia. Logo depois ele retornou afirmando que concordava com essa proposta e uma assembleia emergencial online foi convocada às 0h15. A categoria aceitou a proposta e suspendeu a paralisação.

O governo percebeu que os metroviários estavam organizados e a greve seria fortíssima e recuou. O Acordo Coletivo foi prorrogado com todas as suas cláusulas até 31/4/2021, com o adiamento do pagamento de alguns direitos (veja na página 4). A formalização se deu no julgamento do Dissídio pelo TRT, em 29/7, onde a empresa se comprometeu em não recorrer da decisão.



Redução temporária Direitos serão totalmente restabelecidos

Conforme a proposta do MPT aceita pelo secretário Alexandre Baldy e julgada no TRT, todas as cláusulas do Acordo Coletivo foram renovadas pelo prazo de 12 meses, com vigência de 1º/5/2020 até 30/4/2021. Entre os principais pontos, estão a renovação de todas as cláusulas sociais, econômicas e do Metrus.

No entanto, alguns pontos que foram reduzidos serão posteriormente restabelecidos, com o pagamento retroativo. São eles:

→ Horas extras

 O texto aprovado pela categoria em assembleia garantiu o adicional de horas extras de 100%, com o pagamento de 50% pelo período de 6 meses e o adiamento da diferença de 50% dos adicionais de horas extras, que devem ser pagos integralmente nos 6 meses subsequentes;

mento da diferença de 25%, quem devem ser pagos integralmente nos 6 meses subsequentes;



→ Gratificação por Tempo de Serviço



Ficou mantida a Gratificação por Tempo de Serviço com a garantia dos valores adquiridos até 30/4/2020, e a suspensão da aplicabilidade do percentual pelo período de 6 meses (1º/5/2020).

→ Adicional Noturno

Da mesma maneira, ficou mantido o Adicional Noturno de 50%, com pagamento de 25% por 6 meses e o adia-

a 1º/11/2020), retomando-se o pagamento do direito adquirido neste período no 7º mês, com o consequente pagamento dos respectivos valores retroativos à data de aquisição da progressão;

→ Adicional normativo de férias

Manutenção do pagamento do Adicio-



nal normativo de férias com adiamento do pagamento da diferença entre o valor do adicional normativo e o 1/3 constitucional, pelo período de 6 meses;

Além destes, todos os descontos sobre direitos e na remuneração dos trabalhadores, como no Auxílio-transporte, Adicional de Risco de Vida e por Quebra de Caixa, serão restabelecidos e devolvidos aos trabalhadores.

Desconto de 10%

A empresa praticou o desconto indevido de 10% sobre o salário bruto dos metroviários. Diante da indignação e pressão da categoria, secretário estadual e Metrô garantiram a devolução desta subtração. Em informe no MetrôClick de 3/8, a empresa afirmou que a devolução acontecerá no dia 7/8.

Metrô deve ser subsidiado pelo Estado

Durante nossa Campanha Salarial reafirmamos a importância de o metrô receber subsídios do Estado. A Companhia do Metropolitano é uma empresa pública, responsável por um serviço fundamental na maior cidade do País. Essa responsabilidade é motivo suficiente para que o Estado coloque dinheiro público nela.



Num momento de grave crise, com a pandemia, o serviço continuou sendo fornecido, às custas da saúde e vida dos metroviários. Nossa luta é pelo metrô público, estatal e de qualidade!

Metroviários estão de parabéns

A categoria deu uma grande demonstração de força, solidariedade e coragem. Desde o início da pandemia os trabalhadores se dedicam no funcionamento do transporte e, ao mesmo tempo, em lutar em defesa dos direitos.

Participando de atos, campanha de arrecadação, Cartas Abertas faladas, lives e assembleias on-line, setoriais e outras contribuições, como a animação feita pelo companheiro Leonardo Lourenço (GOP/OPS), foi possível chegar à sentença que garantiu a vitória na Campanha Salarial.

Sindicato agradece a todos pela participação e luta!

Expediente

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo.

Sede: R. Serra do Japi, 31 – Tatuapé CEP 03309-000 – São Paulo – SP

Fone: 2095-3600 / **Fax:** 2098-3233.

E-mail: imprensa@metroviarios-sp.org.br

Diretor Responsável: Elaine Damásio e Raimundo Borges Cordeiro de Almeida Filho.

Redação e Revisão: Rogério Malaquias, MTb. 21.307-SP e Paulo Iannone, MTb 66.749-SP.

Arte: Maria Figaro, MTb 25.888-SP

Impressão: Gráfica Forma Certa
Tiragem: 3 mil exemplares.